RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 10 de Novembro de 2026

STF deve estabelecer procedimentos imparciais antes de designar julgadores, alerta jurista

Especialista defende que Supremo defina regras processuais claras antes de escolher ministros para julgar casos polêmicos envolvendo Moraes e Mendonça

O Supremo Tribunal Federal atravessa uma fase de tensionamento institucional inédito, marcada por acusações mútuas entre ministros em processos de elevada relevância pública, como o caso do Banco Master, questões relacionadas ao INSS e alegadas interferências na Polícia Federal. Na avaliação de Marcelo Crespo, coordenador do curso de Direito da ESPM, a superação dessa crise passa necessariamente pela fixação de normas procedimentais transparentes anterior à designação dos responsáveis pelo julgamento dos casos.

De acordo com Crespo, embora o cenário político seja desafiador, a dimensão jurídica apresenta um caminho relativamente bem definido. "O Tribunal precisa, em primeiro lugar, ultrapassar uma dificuldade política considerável, que consiste em estabelecer os procedimentos antes de identificar os participantes do processo, ou seja, os magistrados e ministros que participarão das votações", explicou o especialista.

Embate institucional e denúncias mútuas entre pares

O contexto que fundamenta essa análise é caracterizado por alegações de excesso de autoridade formuladas por Alexandre de Moraes e pela reação igualmente severa de André Mendonça.



Crise no STF: Saiba o que cada ministro já falou sobre o assunto



Análise: crise no STF cria nova polarização e um vendaval na eleição



Entenda a crise no STF: o que dizem Moraes, Mendonça, Fachin e Gonet

Adicionalmente, Kassio Nunes encontra-se na condição de alvo de críticas direcionadas a impedir a construção de uma maioria contrária a determinado grupo de ministros. Para Crespo, essa complexa situação não pode ser simplificada como um conflito entre pessoas.

"Precisamos evitar que essa questão seja reduzida a um embate entre Moraes e Mendonça", ressaltou o jurista.

Caminho proposto: imparcialidade e encaminhamento institucional

Crespo apresentou uma estratégia específica para que o Tribunal supere o impasse. Conforme sua perspectiva, a fase inicial envolve decidir se os requerimentos dos dois ministros serão processados em conjunto ou de modo separado.

Posteriormente, consonante com indicações de Gilmar Mendes, o especialista preconizou a escolha aleatória de um relator que não possua envolvimento direto com os fatos em questão, prosseguindo-se com a análise de eventuais impedimentos e questões de suspeição.

O procedimento deveria subsequentemente ser submetido ao Procurador-Geral da República para análise inicial, antes de adentar o exame do mérito das denúncias.

Crespo ponderou, todavia, que a posição institucional do próprio Procurador-Geral também enfrentará desafios significativos, representando novo obstáculo à resolução. Ressaltou ainda que as manifestações dos ministros, não importa sua gravidade, não convertem meras acusações em fatos verificados.

"Toda essa questão carece de comprovação mediante os registros que permanecem sob responsabilidade da Polícia Federal e agora também do Supremo, sem que haja ainda definição acerca de quem executará essa função de relator", finalizou o especialista.